

A detailed portrait of St. Thomas More, a man with a serious expression, wearing a black cap and a dark brown robe with a gold chain and a large medallion. He is holding a book in his hands. The background is a green, draped curtain.

S. TOMÁS MORO, mártir

PATRONO DOS GOVERNANTES E DOS POLÍTICOS

Thos. More



MILITIA SANCTÆ MARIÆ
CAVALEIROS DE NOSSA SENHORA

com apoio de:
Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre

FICHA TÉCNICA

Título: S. TOMÁS MORO, mártir, PATRONO DOS GOVERNANTES E DOS POLÍTICOS

Texto: João Paulo II

Edição: Militia Sanctæ Mariæ - Portugal

ISBN: 978-989-95644-7-3

Depósito legal: 384711/14

Impressão e Acabamento: MPrint - Soluções Gráficas, Lda

Data: Dezembro, 2014

Local: Braga

Com o apoio da Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre

PREFÁCIO

A *Militia Sanctæ Mariæ* - cavaleiros de Santa Maria, é uma companhia regular e militante, uma associação laical católica em que cada um os seus membros “trabalha por estabelecer a cidade temporal sobre os fundamentos da ordem natural e os princípios do Evangelho, no respeito das liberdades essenciais do homem e das comunidades humanas” (Cf. Regra, Cap. I, n.º 4). Regular significa que a vida dos seus membros é “regulada” por uma Regra, um Directório Espiritual, que o seu Fundador lhe legou e que há-de nortear toda a sua vida e ser militante implica estar pronto, disponível e preparado para a acção, segundo e seguindo o direito natural e o Evangelho.

Um membro da MSM sabe, qualquer que seja a sua pertença, que não é um mero espectador, mais ou menos curioso da sociedade. É, sim, um interventor activo e positivo na “cidade dos homens”.

Face ao descalabro da sociedade, das sociedades humanas, só há uma posição aceitável: intervir. Intervir com os meios legítimos de que disponha, no respeito pelos outros.

...Por isso, e com o apoio da Fundação Pontifícia “Ajuda à Igreja que Sofre”, se decidiu publicar a Carta Apostólica de S. João Paulo II, declarando o mártir da Fé e Político, do século XVI, S. Tomás Moro, como Protector celeste dos homens e mulheres católicos que se dedicam à política activa, com o objectivo de os ajudar, sempre e em todos os palcos da vida política, a serem fiéis ao Evangelho, mesmo que isso lhes acarrete incompreensões, dissabores e, até, perseguições.

Este opúsculo é, pois, um contributo para a “animação cristã da ordem temporal”, no fundo o que se pede a todos os baptizados e, com especial ênfase aos baptizados que se dedicam ao serviço do bem comum, pela sua inserção activa na política, quer em Partidos quer em movimentos cívicos.

Com esta edição, de difusão gratuita, a *Militia Sanctæ Mariæ* - Cavaleiros de Santa Maria (Província de S. Nuno de Santa Maria) deseja, única e exclusivamente, contribuir para que cada baptizado faça da sua actividade política um serviço à comunidade inspirado no Evangelho.

É tempo de os cristãos deixarem de ter vergonha da sua condição de crentes em Jesus Cristo, único Salvador, ontem, hoje e sempre.

S. TOMÁS MORO, mártir

Patrono de Políticos e Governantes

Resenha biográfica

“laicorum hominum decus et ornamentum”

(Pio XI)

S. Tomás Moro, é sem dúvida, um dos espíritos mais brilhantes da transição do século XV para o XVI, da Inglaterra e da Europa. Um “jurista” e pensador por quem Erasmo de Roterdão tinha uma grande admiração. Um Homem culto, cheio de personalidade e coerente até à morte. Nunca traiu a sua Fé. Por isso foi decapitado. A sua obra mais famosa que nos legou, e cuja leitura ainda hoje é actual, é a “Utopia”, onde esboça princípios de políticas humanistas de base cristã. Na realidade “Utopia” continua a ser de leitura obrigatória para todos os que se interessam pelo bem comum, nomeadamente dos que querem fazer ou fazem da Política o seu modo de ser e de estar na sociedade ao serviço dos outros. Porém, Tomás Moro não foi um teórico da Ciência Política. Viveu esta de modo intenso, sempre iluminado pelo seu cristianismo. Como hoje se diz, Tomás Moro, nunca foi “politicamente correcto”. Agiu sempre de acordo com a sua consciência, aferida por um cristianismo profundo e consistente. E viveu assim até ao martírio.

S. Tomás Moro foi um cristão político digno de ser imitado ainda hoje. Um virtuoso homem de Estado. Um servidor sério e comprometido do seu Rei, mas agindo sempre dando prioridade a Deus e aos seus compromissos baptismais. Um humanista de referência. Promotor do bem comum. Um Pai modelo (quis que tanto os seus filhos como as filhas tivessem a mesma esmerada educação). Exemplar como jurista e legislador. Um defensor dos pobres e da liberdade religiosa.

“Há séculos que S. Tomás Moro tem inspirado uma sincera veneração dos cristãos. É também um dos santos cuja vida e obra tem recebido mais atenção no mundo da cultura e da política, atenção que se reflecte em numerosos estudos escolares e num sempre crescente interesse no mundo da academia e do mundo dos negócios. A bibliografia académica está em constante crescimento” (...) (in Petição dirigida a João

Paulo II para a proclamação de S. Tomás Moro como Patrono dos Governantes).

S. Tomás Moro nasceu em Londres, em 7 de Fevereiro de 1478 e nesta cidade iniciou os seus estudos. Entre 1492 e 1494 estudou em Oxford e direito na Lincoln`s Inn. Foi sempre um aluno brilhante e de uma enorme cultura. Em 1504 torna-se membro do Parlamento e em 1518 entra ao serviço do Rei Henrique VIII que sempre serviu com lealdade mas sempre com os olhos postos em Deus a quem dava primazia. Em 1521 foi nomeado Vice-Tesoureiro do Reino e o Rei agraciou-o com o título de Cavaleiro. Em 1526 entra em conflito com o seu Rei por causa da questão do divórcio deste com Catarina de Aragão e o casamento com Ana Bolena. Em 1532, fiel ao seu pensamento e à sua Fé, Tomás Moro renuncia à chancelaria do reino, cargo que vinha ocupando desde 1529, recusando-se a participar na coroação de Ana Bolena. Este facto vai servir ao Rei para o acusar de corrupção. Foi julgado e condenado à pena capital em 1535 (6 de Junho).

Tomás Moro deixou-nos uma vasta e preciosa obra escrita, merecendo particular destaque o ainda hoje famoso “Utopia”.

Foi casado duas vezes, tendo deixado descendência.

Beatificado por Leão XIII em 1886, em Florença.

O Papa Pio XI canonizou-o em 1935, tendo-o definido e apresentado como um modelo da integridade moral para todos os cristãos.

S. João Paulo II, nomeou-o Padroeiro de Governantes e Políticos no ano 2000, em 31 de Outubro, após uma petição entregue ao Papa pelo Presidente italiano, Francesco Cossiga, com centenas de assinaturas de governantes, parlamentares e políticos.

Celebra-se a sua festa em 6 de Julho, na Igreja Anglicana e em 22 de Junho na Igreja Católica.

A vida de S. Tomás Moro deu mote para um filme de grande sucesso: “Um homem para a eternidade” (em 1966, com realização de Fred Zinnemann e interpretado por Paul Scofield), filme que recebeu seis Óscares, incluindo o Óscar de Melhor Filme.

JOÃO PAULO PP. II

PARA PERPÉTUA MEMÓRIA

1. Da vida e martírio de S. Tomás Moro emana uma mensagem que atravessa os séculos e fala aos homens de todos os tempos da dignidade inalienável da consciência, na qual, como recorda o Concílio Vaticano II, reside «o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser» (*Gaudium et spes*, 16). Quando o homem e a mulher prestam ouvidos ao apelo da verdade, a consciência guia, com segurança, os seus actos para o bem. Precisamente por causa do testemunho que S. Tomás Moro deu, até ao derramamento do sangue, do primado da verdade sobre o poder, é que ele é venerado como exemplo imperecível de coerência moral. Mesmo fora da Igreja, sobretudo entre os que são chamados a guiar os destinos dos povos, a sua figura é vista como fonte de inspiração para uma política que visa como seu fim supremo o serviço da pessoa humana.

Recentemente, alguns Chefes de Estado e de Governo, numerosos dirigentes políticos, várias Conferências Episcopais e Bispos individualmente dirigiram-me petições a favor da proclamação de S. Tomás Moro como Patrono dos Governantes e dos Políticos. A instância goza da assinatura de personalidades de variada proveniência política, cultural e religiosa, facto esse que testemunha o vivo e generalizado interesse pelo pensamento e comportamento deste insigne Homem de governo.

2. Tomás Moro viveu uma carreira política extraordinária no seu País. Tendo nascido em Londres no ano 1478 de uma respeitável família, foi colocado, desde jovem, ao serviço do Arcebispo de Cantuária, João Morton, Chanceler do Reino. Continuou depois, em Oxford e Londres, os seus estudos de Direito, mas interessando-se também pelos vastos horizontes da cultura, da teologia e da literatura clássica. Dominava perfeitamente o grego e criou relações de intercâmbio e amizade com notáveis protagonistas da cultura do Renascimento, como Erasmo de Roterdão.

A sua sensibilidade religiosa levou-o a procurar a virtude através duma assídua prática ascética: cultivou relações de amizade com os franciscanos conventuais de Greenwich e demorou-se algum tempo na cartuxa de Londres, que são dois dos focos principais de

fervor religioso do Reino. Sentindo a vocação para o matrimónio, a vida familiar e o empenho laical, casou-se em 1505 com Joana Colt, da qual teve quatro filhos. Tendo esta falecido em 1511, Tomás desposou em segundas núpcias Alice Middleton, já viúva com uma filha. Ao longo de toda a sua vida, foi um marido e pai afectuoso e fiel, cooperando intimamente na educação religiosa, moral e intelectual dos filhos. A sua casa acolhia genros, noras e netos, e permanecia aberta a muitos jovens amigos que andavam à procura da verdade ou da própria vocação. Além disso, na vida de família dava-se largo espaço à oração comum e à lectio divina, e também a sadias formas de recreação doméstica. Diariamente, Tomás participava na Missa na igreja paroquial, mas as austeras penitências que abraçava eram conhecidas apenas dos seus familiares mais íntimos.

3. Em 1504, no reinado de Henrique VIII, foi eleito pela primeira vez para o Parlamento. O rei renovou-lhe o mandato em 1510 e constituiu-o ainda como representante da Coroa na Capital, abrindo-lhe uma carreira brilhante na Administração Pública. No decénio sucessivo, Henrique VIII várias vezes o enviou em missões diplomáticas e comerciais à Flandres e territórios da França actual. Constituído membro do Conselho da Coroa, juiz presidente dum tribunal importante, vice-tesoureiro e cavaleiro, tornou-se em 1523 porta-voz, ou seja presidente, da Câmara dos Comuns.

Estimado por todos pela sua integridade moral indefectível, argúcia de pensamento, carácter aberto e divertido, erudição extraordinária, foi nomeado pelo rei em 1529, num momento de crise política e económica do País, Chanceler do Reino. Tomás Moro, o primeiro leigo a ocupar este cargo, enfrentou um período extremamente difícil, procurando servir o rei e o País. Fiel aos seus princípios, empenhou-se por promover a justiça e conter a danosa influência de quem buscava os próprios interesses à custa dos mais débeis. Em 1532, não querendo dar o próprio apoio ao plano de Henrique VIII que desejava assumir o controle da Igreja na Inglaterra, pediu a própria demissão. Retirou-se da vida pública, resignando-se a sofrer, com a sua família, a pobreza e o abandono de muitos que, na prova, se revelaram falsos amigos.

Constatando a firmeza irremovível com que ele recusava qualquer compromisso contra a própria consciência, o rei mandou prendê-lo, em 1534, na Torre de Londres, onde foi sujeito a várias formas de pressão psicológica. Mas Tomás Moro não se deixou vencer, recusando prestar o juramento que lhe fora pedido, porque

comportaria a aceitação dum sistema político e eclesiástico que preparava o terreno para um despotismo incontrolável. Ao longo do processo que lhe moveram, pronunciou uma ardente apologia das suas convicções sobre a indissolubilidade do matrimónio, o respeito pelo património jurídico inspirado aos valores cristãos, a liberdade da Igreja face ao Estado. Condenado pelo Tribunal, foi decapitado.

Com o passar dos séculos, atenuou-se a discriminação contra a Igreja. Em 1850, foi reconstituída a hierarquia católica na Inglaterra. Deste modo, tornou-se possível abrir as causas de canonização de numerosos mártires. Juntamente com outros 53 mártires, entre os quais o Bispo João Fisher, Tomas Moro foi beatificado pelo Papa Leão XIII em 1886 e canonizado, com o citado Bispo, por Pio XI no ano 1935, quando se completava o quarto centenário do seu martírio.

4. Muitas são as razões em favor da proclamação de S. Tomás Moro como Patrono dos Governantes e dos Políticos. Entre elas, conta-se a necessidade que o mundo político e administrativo sente de modelos credíveis, que lhes mostrem o caminho da verdade num momento histórico em que se multiplicam árduos desafios e graves responsabilidades. Com efeito, existem, hoje, fenómenos económicos intensamente inovadores que estão a modificar as estruturas sociais; além disso, as conquistas científicas no âmbito das biotecnologias tornam mais aguda a exigência de defender a vida humana em todas as suas expressões, enquanto as promessas duma nova sociedade, propostas com sucesso a uma opinião pública distraída, requerem com urgência decisões políticas claras a favor da família, dos jovens, dos anciãos e dos marginalizados.

Em tal contexto, muito pode ajudar o exemplo de S. Tomás Moro que se distinguiu pela sua constante fidelidade à Autoridade e às instituições legítimas, porque pretendia servir nelas, não o poder, mas o ideal supremo da justiça. A sua vida ensina-nos que o governo é, primariamente, um exercício de virtude. Forte e seguro nesta estrutura moral, o Estadista inglês pôs a sua actividade pública ao serviço da pessoa, sobretudo dos débeis ou pobres; regulou as controvérsias sociais com fino sentido de equidade; tutelou a família e defendeu-a com valoroso empenho; promoveu a educação integral da juventude. O seu profundo desdém pelas honras e riquezas, a humildade serena e jovial, o sensato conhecimento da natureza humana e da futilidade do sucesso, a segurança de juízo radicada na fé conferiram-lhe aquela confiança e fortaleza interior que o sustentou nas adversidades e frente à morte. A sua

santidade refulgiu no martírio, mas foi preparada por uma vida inteira de trabalho, ao serviço de Deus e do próximo.

Aludindo a tais exemplos de perfeita harmonia entre fé e obras, escrevi, na Exortação apostólica pós-sinodal *Christifideles laici*, que «a unidade de vida dos fiéis leigos é de enorme importância, pois eles têm que se santificar na vida profissional e social normal. Assim, para que possam corresponder à sua vocação, os fiéis leigos devem olhar para as actividades da vida quotidiana como uma ocasião de união com Deus e de cumprimento da sua vontade, e também como serviço aos outros homens» (n.º 17).

Esta harmonia do natural com o sobrenatural é talvez o elemento que melhor define a personalidade do grande Estadista inglês: viveu a sua intensa vida pública com humildade simples, caracterizada pelo proverbial «bom humor» que sempre manteve, mesmo na iminência da morte.

Esta foi a meta a que o levou a sua paixão pela verdade. O homem não pode separar-se de Deus, nem a política da moral: eis a luz que iluminou a sua consciência. Como disse uma vez, «o homem é criatura de Deus, e por isso os direitos humanos têm a sua origem n'Ele, baseiam-se no desígnio da criação e entram no plano da Redenção. Poder-se-ia dizer, com uma expressão audaz, que os direitos do homem são também direitos de Deus» (*Discurso*, 07/04/1998).

É precisamente na defesa dos direitos da consciência que brilha com luz mais intensa o exemplo de Tomás Moro. Pode-se dizer que viveu de modo singular o valor de uma consciência moral que é «testemunho do próprio Deus, cuja voz e juízo penetram no íntimo do homem até às raízes da sua alma» (Carta enc. *Veritatis splendor*, 58), embora, no âmbito da acção contra os hereges, tenha sofrido dos limites da cultura de então.

O Concílio Ecuménico Vaticano II, na Constituição *Gaudium et spes*, observa que tem crescido, no mundo contemporâneo, «a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, por ser superior a todas as coisas e os seus direitos e deveres serem universais e invioláveis» (n.º 26). A vida de S. Tomás Moro ilustra, com clareza, uma verdade fundamental da ética política. De facto, a defesa da liberdade da Igreja face a indevidas ingerências do Estado é simultaneamente uma defesa, em nome do primado da consciência, da liberdade da pessoa frente ao poder político. Está aqui o princípio basilar de qualquer ordem civil respeitadora da natureza do homem.

5. Espero, portanto, que a elevação da exímia figura de S. Tomás Moro a Patrono dos

Governantes e dos Políticos possa contribuir para o bem da sociedade. Trata-se, aliás, de uma iniciativa em plena sintonia com o espírito do Grande Jubileu, que nos introduz no terceiro milénio cristão.

Assim, depois de maturada reflexão e acolhendo de bom grado os pedidos que me foram feitos, constituo e declaro S. Tomás Moro Patrono celeste dos Governantes e dos Políticos, concedendo que lhe sejam tributadas todas as honras e privilégios litúrgicos que competem, segundo o direito, aos Patronos de categorias de pessoas.

Bendito e glorificado seja Jesus Cristo, Redentor do homem, ontem, hoje e sempre.

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 31 de Outubro de 2000, vigésimo terceiro ano de Pontificado.

IOANNES PAULUS PP. II

ORAÇÃO

Deus glorioso, dá-me a graça para emendar a minha vida e ter presente o meu fim sem iludir a minha morte, pois para quem morre em Ti, bom Senhor, a morte é a porta para uma vida de riqueza.

E dá-me, bom Senhor, uma mente humilde, modesta, calma, pacífica, paciente, caritativa, amável, terna e compassiva em todas as minhas obras, em todas as minhas palavras e em todos os meus pensamentos, para saborear o Teu santo e bendito espírito.

Dá-me, bom Senhor, uma fé plena, uma esperança firme e uma fervorosa caridade, um amor em Ti, muito acima do meu amor por mim.

Dá-me, bom Senhor, o desejo de estar contigo, de não evitar as calamidades deste mundo, não tanto para alcançar as alegrias do céu mas simplesmente por amor por Ti.

E dá-me, bom Senhor, o Teu amor e o Teu favor; que o meu amor por Ti, por maior que possa ser, não o poderia merecer se não fosse a Tua bondade. Bom Senhor, dá-me a Tua graça para trabalhar por isto que Te peço.

Amen.



Rua de Guadalupe nº 73 – 4710-298 S. Vicente - Braga

Telef: 253 611 609

fides.msm@clix.pt

www.msm-portugal.org

NIF: 501 362 215

Para donativos utilizar o seguinte NIB: 003501710009267833073